

Câmara Municipal realiza audiência pública para discutir crimes de trânsito em Campina Grande

Na manhã desta quarta-feira (28), a Câmara Municipal de Campina Grande sediou uma audiência pública com o objetivo de debater os crimes de trânsito no município. A iniciativa, proposta pelo vereador Anderson Almeida (PSB), contou com a parceria da ABRACRIM (Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas) e reuniu autoridades de diversas áreas ligadas à segurança, saúde e mobilidade urbana.

Compuseram a mesa de debates: Eduardo Gomes, sargento da Polícia Militar representando o Coronel Halisson da CPTRAN; Bertran Asfora Filho, representante da STTP; Primeiro Tenente Alessandro Silva Pedro, representando o Tenente Coronel Neto do 2º Batalhão de Bombeiros Militar; Ricardo Wagner, conselheiro da OAB; Pedro II, diretor do Hospital de Trauma de Campina Grande; e Natália Alves, presidente da ABRACRIM/PB.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Durante o evento, o vereador Anderson Almeida destacou o papel essencial dos advogados criminalistas e a importância do debate sobre crimes de trânsito. “Essa casa também é assim, como advogado, ela defende os direitos humanos, ela defende a cidade, ela defende o povo, e isso acrescenta para a nossa profissão. Tenho muito orgulho de ser advogado e de estar aqui, como vereador”, declarou. Ele também reforçou que o diálogo sobre o tema deve ir além do plenário e alcançar escolas, com foco na educação desde a infância.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Representando a STTP, Bertran Asfora afirmou que a instituição tem como um de seus pilares a promoção de um trânsito mais seguro, humano e eficiente. Ele ressaltou a importância da educação desde cedo: “Devemos focar inicialmente, sobretudo na educação no início, nas crianças.” Compartilhou, inclusive, um exemplo pessoal sobre o uso do celular ao dirigir, alertando para a influência que os pais exercem na formação dos filhos.

O diretor do Hospital de Trauma, Pedro II, fez um alerta contundente sobre os números alarmantes de vítimas de acidentes de trânsito na cidade. Em 2024, a unidade registrou 8.815 atendimentos de acidentes com motocicletas, sendo que cerca de 15% das vítimas vieram a óbito. “Nós estamos falando de uma pandemia pior que a COVID”, afirmou. Ele defendeu ainda a necessidade de repensar a mobilidade urbana e implementar políticas públicas mais eficazes.

Segundo Pedro II, os acidentes de trânsito representam uma “problemática sistêmica” que exige soluções para além da criação de leis ou ampliação de hospitais. “É fundamental implementar políticas públicas que tragam resultados mais

eficientes”, declarou. Ele também sugeriu o incentivo ao uso de transportes públicos e alternativos como forma de conter os índices alarmantes.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

A presidente da ABRACRIM/PB, Natália Alves, relatou um caso em que o cliente estava com depressão por ter se envolvido em um acidente de trânsito e ter ocasionado a morte de uma pessoa que pilotava uma moto em via pública com o farol quebrado. Informou que é comum, em municípios pequenos, o desrespeito às regras de trânsito, devido à falta de fiscalização. “É comum as pessoas não usarem capacete ao pilotarem as motos; não usarem os faróis para não chamar a atenção, ou porque o farol quebrou e, mesmo assim, entram nas rodovias ou estradas estaduais” Ela destacou que a responsabilidade vai do condutor ao pedestre e que é preciso uma educação preventiva no trânsito. “É uma pauta de educação! Educação na hora de se locomover no seu veículo, educação na hora de passar na faixa de pedestre para que a gente não tenha esses óbitos que ocorrem nos sinistros de trânsito”. Finalizou.



Foto: Josenildo Costa/CMCG

Encerrando os debates, o presidente nacional da ABRACRIM, Sheyner Yásbeck Asfóra, avaliou que a audiência pública cumpriu seu objetivo. “Essa audiência pública cumpriu a sua missão que foi exatamente trazer reflexões para que não fiquemos só no maio amarelo, mas que possa ser algo perene”, afirmou. Ele defendeu a inversão da lógica atual, com mais investimentos em prevenção e campanhas educativas, em vez de concentrar recursos apenas na recuperação de vítimas.

A audiência pública evidenciou que o enfrentamento dos crimes de trânsito em Campina Grande exige ações integradas entre o poder público, entidades da sociedade civil e a população. A valorização da vida, o fortalecimento da legislação e a promoção da educação no trânsito foram apontados como caminhos indispensáveis para mudar essa realidade.

Para acompanhar a sessão completa, acesse o [Canal Oficial do youtube \(@camaracgoficial\)](#). Confira também o andamento das matérias que tramitam no [SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo](#).

DIVICOM/CMCG